



BALANÇO ANUAL 2019

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
 CNPJ/MF nº 18.572.225/0001-88

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

1. Aos acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, bem como as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, acrescidos do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Companhia.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Introdução

2.1 A Companhia

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S/A (Concebra) é uma empresa 100% nacional que possui como principal acionista a Triunfo Participações e Investimentos. Administra 1.176,5 kms de rodovias que vão de Brasília (DF) até Betim (MG). São 630,2 quilômetros da BR-060 e da BR-153, desde o entroncamento com a BR-251/DF até a divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, somados a 546,3 quilômetros da BR-262, que vão do entroncamento com a BR-153/MG ao entroncamento com a BR-381/MG.

A BR-060 faz a ligação do extremo oeste do Mato Grosso do Sul com a capital federal, sendo eixo de ligação regional Goiânia-Anápolis-Brasília. A BR-153 liga o estado do Pará com o Rio Grande do Sul representando um importante eixo de ligação entre Goiás, o Triângulo Mineiro e a região norte de São Paulo. A BR-262 faz ligação interior-litoral passando pelos estados do MT, SP, MG e ES.

A área de concessão abrange 47 municípios com uma população de 6.330.890 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010. Além do Distrito Federal, em Goiás são 15 municípios: Itumbiara, Panamá, Goiatuba, Morrinhos, Piracanjuba, Professor Jamil, Hidrolândia, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Goiâniaopolis, Teresópolis de Goiás, Anápolis, Abadiânia, Alexânia e Santo Antônio do Descoberto.

Em Minas Gerais a concessão passa por 31 municípios: Betim, Juatuba, Mateus Leme, Florestal, Pará de Minas, Igaratinga, Conceição do Pará, São Gonçalo do Pará, Nova Serrana, Araújos, Bom Despacho, Moema, Luz, Córrego Danta, Campos Altos, Ibiá, Araxá, Perdizes, Sacramento, Uberaba, Conceição das Alagoas, Veríssimo, Campo Florido, Fronteira, Frutal, Comendador Gomes, Prata, Monte Alegre de Minas, Canápolis, Centralina e Araporã.

Em 05 de setembro de 2014 a Concebra iniciou a operação da rodovia, oferecendo socorro médico e mecânico acionado pelo 0800 060 6000 e também atendimento em 24 SAUs – Serviço de Atendimento ao Usuário – espalhados a cada 50 quilômetros oferecendo sanitários, fraldário, local de descanso e informações para o motorista.

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de tarifa, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015.

Em fevereiro de 2016, a Comissão de valores mobiliários (CVM) autorizou o registro da Companhia na categoria B, contudo não há ações ofertadas na bolsa.

2.2 Sustentabilidade

Na Triunfo Concebra a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir com o desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões onde está inserida, investindo em iniciativas e projetos que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade.

Como resultado do esforço e comprometimento da diretoria e suas equipes, a Triunfo Concebra possui certificação nas normas ISO 9001, ISO14001 versão 2015 respectivamente qualidade e meio ambiente.

A Concessionária também conta com o apoio Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas investidas pela Triunfo Participações e Investimentos gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à infância e Cultura.

- É signatária do Pacto Global, a maior rede de responsabilidade sócio empresarial do planeta.
- Parceira do Programa Na Mão Certa, da Childhood do Brasil, que luta para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.
- Também é apoiadora oficial do Maio Amarelo, movimento que chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito.

A Concessionária desenvolve também nove programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação do entorno da rodovia. São eles:

- 1) Plano de Ação de Emergência (PAE);
- 2) Programa de Comunicação Social (PCS);
- 3) Programa de Educação Ambiental (PEA);
- 4) Programa de Gestão Ambiental (PGA);
- 5) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- 6) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PL-MRPA);
- 7) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF);
- 8) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH);
- 9) Programa de Recuperação das Áreas Degradadas (PRADE).

A Triunfo Concebra atua ainda na educação do motorista por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. A empresa realiza campanhas que abordam os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas acarretados com o descarte irregular de lixo na estrada, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros.

A Concessionária sabe que sua atuação na comunidade em que está inserida deve ir muito além da criação de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária. Baseada nos valores da Triunfo Participações e Investimentos e pautados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a empresa desenvolveu diversas atividades ao longo de 2019.

Durante todo o ano a equipe de Qualidade da Concessionária realiza o acompanhamento da conformidade do SGI da organização quanto ao atendimento dos requisitos das normas NBR ISO 9.001:2015 (qualidade) e NBR ISO 14.001:2015 (meio ambiente), aos requisitos do cliente e aos requisitos definidos pela própria organização. A auditoria externa da Triunfo Concebra foi realizada entre os dias 28 de janeiro a 04 de fevereiro de 2019 por um órgão certificador independente, a Fundação Carlos Alberto Vanzolini.

Outra frente de trabalho é o Programa de Gerenciamento de Resíduos para evitar impactos sociais e ambientais a empresa vem destinando corretamente cada resíduo gerado em suas atividades e coletados ao longo das rodovias. A segregação e o armazenamento dos resíduos são feitos pela Concessionária e posteriormente é realizado o transporte e destinação dos resíduos por uma empresa especializada e devidamente licenciada, sendo o destino final, aterro, incineração e principalmente a reciclagem. Em 2019, um total de 443,93 toneladas de resíduos foram coletados e destinados corretamente, com um aumento de coleta de 17,23 % quando comparado ao ano de 2018. Do total de resíduos coletados, 72% foram encaminhados à reciclagem.

Também desde 2015 a Triunfo Concebra investe em ações de educação ambiental direcionadas aos diferentes públicos com os quais interage. A partir da consciência coletiva quanto à importância da conservação e de uma postura proativa de recuperação, a Concessionária espera manter e, quando possível, elevar a qualidade ambiental nas regiões onde atua.

Interagindo com seus diversos stakeholders, a Concessionária promove campanhas de conscientização pelos seus canais de comunicação como: dia da água, dia do meio ambiente, prevenção a queimadas, análise de fumaça preta, dia de combate à poluição, dia da árvore, dia dos animais e consumo de energia. No segundo semestre de 2019 a Triunfo Concebra fez uma grande mobilização interna para a substituição de copos descartáveis. Em uma campanha com duração de um mês onde era abordado o benefício do uso de canecas e squeezez todos os colaboradores receberam canecas personalizadas da empresa e assim pretende-se reduzir o uso de cerca de 14 milhões de copos descartáveis por ano.

Dentre as atividades sociais realizadas pela Concessionária algumas merecem destaque como o **Programa Na Mão Certa**. A Concessionária, como com signatária do pacto de luta contra a exploração sexual infantil em rodovias, sistematicamente traz o assunto em seus veículos de comunicação com o objetivo de conscientizar sobre a causa. A Concessionária também distribui material informativo e aborda o tema nos canais de comunicação interna para que os colaboradores sejam agentes de mudança. Em 2019, no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes equipes da Concessionária realizaram uma blitz educativa em parceria com Administração Regional do Gama/DF no Centro Educacional Engenho das Lajes com distribuição de folhetos aos envolvidos.

A campanha **Um Freio na Fome** chama os colaboradores para recolhimento de alimentos para doação a entidades carentes ao longo da rodovia. Em 2019 foram 1793kg doados pelos colaboradores e pela parceira na campanha, NissinFoods Brasil uma quantidade 23% maior em relação a 2018. No dia 17 de dezembro foi realizada a entrega pelos colaboradores para dois locais. Em Goiânia, na Associação dos Moradores do Residencial Juscelino Kubitschek e em Luz na Vila Vicentina Dom Manoel.

O projeto **Troco Solidário** da Triunfo Concebra em prol da APAE Anápolis realizou em dezembro a entrega do projeto "Protocolo Pediasuit" que é uma forma inovadora de tratamento e reabilitação das crianças e adolescentes com deficiência, atraso ou comprometimento motor e sensorial. Este é o terceiro projeto em parceria, o primeiro foi para aquisição de equipamentos para laboratório de informática e o segundo era a preparação de alunos para o mercado de trabalho. O motorista que deposita o troco da tarifa de pedágio nas urnas disponíveis nas praças de pedágio de Alexânia, Goiânia e Professor Jamil contribui para os projetos desencadeando ações de inclusão e promoção da qualidade de vida às pessoas com deficiência.

Em 2019 foram realizadas duas novas turmas do **Programa Triunfar** – curso de qualificação para pessoas com deficiência ingressarem no mercado de trabalho. Capiteado pela área de Recursos Humanos em parceria com o FIEG/SESI o programa é dividido em duas turmas de 20 alunos cada, em Goiás e Minas Gerais, com duração de aproximadamente 4 meses e carga horária de 220h. O aluno é qualificado para executar trabalhos pertinentes às áreas administrativas de acordo com a legislação vigente, procedimentos internos, normas técnicas, ambientais, de qualidade e de segurança e saúde no trabalho. A Triunfo Concebra acredita que é uma oportunidade para formação de cidadãos prontos para o mercado de trabalho e para a vida. Já são 40 alunos formados pelo programa.

Nos meses de **outubro e novembro** a Concessionária ouviu diversos especialistas e veiculou internamente vídeos sobre como ficar em dia com a saúde e prevenir os cânceres de mama e próstata respectivamente. Em dezembro, para marcar o início do mês de conscientização e combate à Aids – o **Dezembro Vermelho** e também o **Dia Mundial da Luta Contra a Aids** foram distribuídos 28 mil preservativos nas 11 praças de pedágio da Concessionária.

A Triunfo Concebra, em 2019, realizou ações do **Movimento Maio Amarelo**, que pretende chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Este ano, a campanha do Maio Amarelo teve como mote: "No trânsito, o sentido é a vida". No dia 07 de maio mais de trezentas crianças do 5º ao 9º ano do Colégio Estadual José Honorato, em Goiânia, receberam orientações de segurança no trânsito por meio de palestras em sala de aula, além disso houve também uma dinâmica com a maquete que simula a organização do trânsito, atividade que permitiu aos alunos praticarem todo o aprendizado adquirido durante a manhã. A ação foi em parceria com o Detran Goiás. A proposta foi sensibilizar crianças para alertar seus pais sobre os perigos no trânsito e que, mesmo com sua ingenuidade e pouca experiência, eles já têm consciência da necessidade de se ter atenção ao volante. Em parceria com o Sest/Senat de Anápolis e Polícia Rodoviária Federal (PRF), no dia 28 de maio, aconteceram ações com serviços gratuitos de saúde e orientações sobre o trânsito para mais de 200 motoristas na Centrais de Abastecimento de Goiás S.A - Ceasa, Anápolis e Itumbiara em Goiás. Os usuários também foram alertados com mensagens no Twitter, newsletter e banner no site, além de Painéis de Mensagem Variável (PMV) localizados em pontos estratégicos nas rodovias.

Os feriados normalmente aumentam o fluxo de veículos nas rodovias. Por esse motivo, a Concessionária divulga, via assessoria de imprensa, os **melhores horários para pegar a estrada**, sendo uma forma que os usuários possuem para evitar possíveis congestionamentos. Além da informação veiculada em seus canais de comunicação, a Triunfo Concebra também comunica veículos de imprensa. Este comunicado geralmente é promovido cerca de dois dias antes dos feriados. O objetivo desse comunicado é alcançar o maior número possível de motoristas.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

A educação para o trânsito é um dos pilares da Concessionária e tem papel importante para a redução e prevenção de acidentes. Em 2019 a Triunfo Concebra continuou investindo em orientação para os motoristas com diversas ações e criou o **Projeto Viva Vida**. Seu objetivo é conscientizar os motoristas sobre os riscos de consumir bebida alcoólica antes de pegar o volante.

No **Carnaval** equipes da Triunfo Concebra prepararam uma abordagem diferente aos motoristas com a entrega de etilômetros descartáveis em postos de combustível ao longo do trecho. O principal objetivo foi conscientizar o usuário sobre o perigo de dirigir embriagado. Os etilômetros descartáveis também foram distribuídos no dia 17 de abril em uma ação de abordagem em bares de Goiânia. Em maio outras cem pessoas foram abordadas em ação em bares de Uberaba. Os bafômetros educativos podem ser utilizados preventivamente, permitindo ao condutor a consulta do nível de álcool no sangue antes de pegar o volante.

Entre os dias 18 e 25 de setembro é realizada no Brasil a **Semana Nacional de Trânsito**. Com o mote “no trânsito, dê sentido à vida”, as mensagens visam promover a reflexão da sociedade para uma mudança de postura. São situações que ilustram a atenção e os cuidados que pedestres, ciclistas e motoristas devem ter na preservação da vida e no respeito às regras de trânsito. Na Triunfo Concebra a campanha utilizada foi a proposta pelo Ministério da Infraestrutura. Neste período as equipes de operações intensificaram a programação de abordagens de segurança viária. Os motoristas foram orientados com dicas de segurança, avaliação clínica gratuita, uso da cadeirinha, limites de velocidade, ultrapassagem segura, manutenção veicular e a utilização do cinto de segurança. Foram realizadas ações em 22 postos ao longo do trecho de concessão e na sede administrativa. No total mais de 1230 pessoas foram abordadas.

As equipes em campo realizam **campanhas de segurança viária** em pontos estratégicos das BRs 060, 153 e 262. Ao entregar um exemplar da revista Em Frente, os usuários receberam orientações sobre uso de cinto de segurança, cadeirinhas para as crianças, respeito aos limites de velocidade e o risco de dirigir com sono. Durante os feriados de Natal (20 a 25/12) e Ano Novo (27/12 a 01/01/20), as equipes da Triunfo Concebra trabalharam em regime especial, com reforço no atendimento aos usuários. Neste período, foram registradas 5.454 solicitações de auxílio mecânico no trecho de responsabilidade da concessionária, incluindo as BRs 060, 153 e 262 no Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. O número apresenta um aumento de 67% comparado com as mesmas operações do ano anterior, considerando ainda que, neste ano, contamos com um dia a mais em cada intervalo. O Centro de Controle de Operações da Concebra registrou o atendimento a 210 ocorrências de acidentes, 293 atendimentos de socorro médico e quase 4.200 atendimentos telefônicos pelo serviço SOS Concebra.

A Triunfo Concebra gera 1.415 empregos diretos (base de dezembro/2019) ao longo do todo seu trecho de concessão, desta forma movimenta a economia, a arrecadação de impostos e promove melhoria na infraestrutura rodoviária contribuindo para o desenvolvimento da região onde atua.

2.3 Destaques do ano

Em 2019 um novo governo tomou posse e com ele uma diretriz de gestão clara: enfrentar a crise econômica e o desemprego. Um ano depois a reforma da previdência foi promulgada, as mudanças nas aposentadorias dos militares foram aprovadas no Congresso e parte do pacote anticrise passou na Câmara. Na economia houve uma queda histórica da taxa básica de juros. A Selic começou 2019 em 6,5% e seguiu até atingir 4,5% em dezembro, a menor taxa desde sua implantação em 1999. O governo liberou o saque de parte dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como forma de estimular o consumo. O desemprego começou em alta, atingindo 12,7% em março, foi caindo lentamente e chegou a outubro em 11,6%, estável em relação ao ano passado. Apesar do número ainda alto, dados do IBGE mostram que o mercado de trabalho segue em trajetória de recuperação gradual.

A agenda de privatizações e concessões avançou em 2019 e foi ampliada. Somados os projetos iniciados ainda no governo Michel Temer e os anunciados na gestão do atual presidente, o número de ativos listados para serem oferecidos em leilões para a iniciativa privada passa dos 100. O avanço das parcerias com a iniciativa privada e a privatização de estatais e serviços de aeroportos, rodovias, ferrovias, portos, entre outros ativos, é tratada pelo governo como fundamental para aumentar o nível de investimentos no país e também para liberar recursos públicos, uma vez que União e estados passam por uma gigantesca crise financeira em meio ao rombo das contas públicas.

Contudo, mesmo o governo atual com uma ampla agenda de privatizações precisa conduzir os desdobramentos referentes aos contratos do 3º Lote de Concessões, do qual a Triunfo Concebra faz parte. A empresa continua desenvolvendo diversas frentes de atuação para mitigar os efeitos da frustração por parte do Governo de compromisso assumido por esse na ocasião do leilão da 3ª etapa, para o financiamento de até 80% do Investimento a juros subsidiados TJLP + 2%. Condição essa fundamental para permitir alcançar os objetivos do governo para a 3ª etapa com uma tarifa de pedágio módica e ao mesmo tempo uma extraordinária concentração de investimentos nos primeiros 5 anos (totalizando R\$ 5,5 bilhões).

Em janeiro, a Triunfo Concebra recebeu a recertificação da ISO 9001 e 14001 pela auditoria externa realizada pela Fundação Vanzolini.

Março foi marcado pela repercussão na imprensa mineira de uma liminar do MPF de Uberaba determinando a Concessionária o envio em 90 dias para a ANTT dos projetos de duplicação e melhorias para serem executadas. Obras essas que envolvem grande investimento. Nesse sentido, a CONCEBRA vem buscando esclarecer ao Ministério Público as razões para os investimentos que não estão sendo realizados, ao mesmo tempo, buscando atender a comunidade local com investimentos que tragam algum retorno imediato. Foi a divulgado em abril para a imprensa a **redução de 50% de acidentes com produtos perigosos** comparado ao ano de 2017 a 2018. Entre os produtos perigosos mais recorrentes estão o etanol, diesel, gás liquefeito e gasolina.

Em 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a Triunfo Concebra divulgou as ações de preocupação com a natureza em todo o trecho de concessão. São mais de 30 projetos diferentes com foco em preservação e conscientização ambiental voltadas para entidades parceiras e aos usuários. Foram distribuídos 10 mil folders para os usuários nas praças de pedágio de maior circulação. Em junho também foi divulgado na imprensa goiana pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o leilão de concessão da BR-364/365/GO/MG no dia 18 de setembro de 2019. O empreendimento faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal. Segundo a agência, a tarifa-teto definida para o leilão é de R\$ 7,02 para cada uma das sete praças de pedágio. Neste mês também foi divulgado o resultado da Pesquisa de Satisfação de Usuários Atendidos no trecho de concessão referente ao 1º semestre/2019. A pesquisa foi feita com 301 motoristas entre os dias 06 a 15 de maio, por telefone pela equipe de SAC, e o índice de satisfação com atendimento recebido pelo socorro emergencial mecânico foi de 89,9%. A pesquisa é realizada desde 2016 e visa medir a qualidade dos serviços oferecidos pela Concessionária.

Em junho a empresa obtém liminar impedindo ANTT de aplicar fator D ou qualquer penalidade ou exigência de investimentos até promoção do reequilíbrio contratual ou de decisão em processo arbitral. Neste mês obtém a sentença confirmando a liminar.

Um julho foram veiculadas reportagens sobre as **imprudências registradas no perímetro urbano** da região metropolitana de Goiânia na BR-153. As reportagens reforçaram a quantidade de câmeras instaladas e multas aplicadas pela PRF através desse monitoramento. Em 10 meses a PRF aplicou mais de 26.000 multas através das 52 câmeras funcionando nos 26 quilômetros do perímetro urbano. Houve também transmissões ao vivo dentro CCO da Triunfo Concebra para mostrar como é feito o monitoramento no trecho administrado pela Triunfo Concebra. Em 25 de julho, **dia do motorista**, a Triunfo Concebra realizou ação de saúde e segurança viária com o SEST SENAT em Anápolis – GO. Na ação estavam disponíveis profissionais como psicólogos, odontólogos, nutricionistas para auxiliar os motoristas com sua saúde. Além disso, a Triunfo Concebra esteve presente com uma Unidade Móvel de Saúde fazendo teste de glicemia e aferição de pressão nos motoristas, além de orientações sobre segurança viária.

Em setembro a Concessionária intensificou o **recrutamento e seleção de pessoas com deficiência** para trabalhar na empresa, seguindo a política de inclusão. O cadastro de currículos com a possibilidade de contratação imediata é para as vagas disponíveis em cada região nas áreas de conservação de rodovias, praças de pedágio e socorro mecânico. Entre as ações da **Semana Nacional de Trânsito**, 18 a 25 de setembro, a Triunfo Concebra preparou uma ação diferenciada de segurança viária no dia 20. Como a educação começa de casa, os colaboradores administrativos foram abordados com orientações de conscientização para um trânsito mais seguro, na sede da empresa.

Durante o mês de outubro, a Triunfo Concebra preparou vídeos com profissionais de saúde para o Outubro Rosa com dicas sobre a importância da prevenção ao câncer de mama e também foi realizada uma palestra para os colaboradores na sede administrativa com uma enfermeira. No dia 19 de outubro foi dado início da **1ª turma do curso de libras para os funcionários** da sede administrativa. A iniciativa faz parte de uma das ações do programa de inclusão da empresa “Somos Todos Iguais, Somos Diferentes” em parceria com o SENAI/GO. No mês de novembro a Concessionária realizou campanha do **Novembro Azul** com vídeos de profissionais da saúde alertando sobre os cuidados com o câncer de próstata e contou com uma palestra para os colaboradores de uma enfermeira na sede administrativa. Neste mês houve audiência pública entre a diretoria e o procurador da República Thales Cardoso para a discussão da ação civil pública sobre a duplicação da BR-262, em Minas Gerais. Houve também acidente envolvendo cinco atletas de um time de futsal de Campos Altos, em Minas Gerais. O caso ganhou grande comoção na cidade e com isso, aconteceu manifestação popular na praça de pedágio de Campos Altos.

Em dezembro, a Triunfo Concebra participou da ação nacional do **Dezembro Vermelho** de mobilização para prevenção e tratamento do vírus HIV/AIDS. A Concessionária distribuiu 28 mil preservativos, em parceria com a Prudence, com flyer educativo em todas as praças de pedágio em Goiás e Minas Gerais. A Concessionária reforçou também a importância da utilização dos equipamentos de segurança para crianças com a campanha **“Que brincadeira é essa?”** idealizada pelo Instituto Triunfo. Foi entregue no dia 11 de dezembro o 3º projeto da campanha **Troco Solidário**, idealizada pela Triunfo Concebra, em prol da APAE Anápolis. A conclusão do projeto possibilitou para a APAE Anápolis a compra do protocolo Pediatrit que é uma forma inovadora de tratamento e reabilitação das crianças e adolescentes com deficiência, atraso e/ou comprometimento motor e sensorial.

No dia 13 de dezembro os colaboradores da sede administrativa da Triunfo Concebra concluíram o curso de libras e receberam a certificação. O curso, em parceria com o SENAI/GO, teve duração de 40h e possibilitou a formação de 29 funcionários. A iniciativa faz parte de uma das ações do programa de inclusão da empresa “Somos Todos Iguais, Somos Diferentes”. Com a proximidade do final de ano, a Triunfo Concebra realizou pelo terceiro ano consecutivo a campanha **“Um Freio na Fome”** de arrecadação de alimentos para doação às instituições beneficentes. A ação foi realizada entre os dias 07 de novembro a 08 de dezembro e contou com a participação dos colaboradores arrecadando mais de uma tonelada de alimentos. Em 22 de dezembro a Triunfo Concebra e BNDES, firmam acordo de Reescalonamento da dívida, prevendo amortização proporcional a 27% da Receita Bruta da Concessionária, com o respectivo perdão de multa e juros moratórios e cujo prazo de pagamento será de 5 anos, findando em dezembro de 2025. Importante mencionar ainda que os recursos captados junto ao BNDES sob a rubrica de empréstimo ponte, deveriam, originalmente ao que se pretendia no momento do leilão, serem pagos em 25 anos, com 5 anos de carência. O reescalonamento mencionado acima, embora traga maior tranquilidade a companhia, contraria em muito a promessa feita pelo governo, ao mesmo tempo em que retira da Concessionária a possibilidade de aplicação desses recursos em outras frentes.

3. Contexto Setorial

3.1 Receitas e Mercado

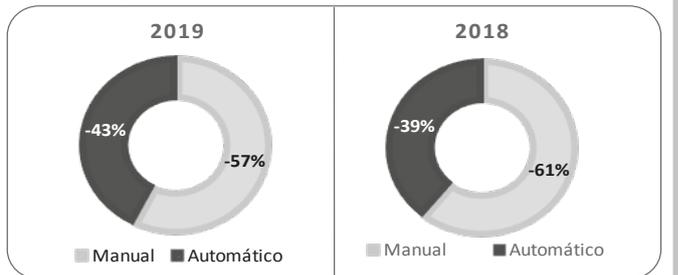
A receita operacional bruta da Companhia no ano 2019 atingiu a marca foi de R\$387.202 milhões, sendo que, cerca de 49% foi recebido em dinheiro e 51% em cartão (AVI). As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, sendo que a última atualização anual da tarifa de pedágio ocorreu em setembro/2018, onde a ANTT promoveu uma redução tarifária de 6,68%. Esse reajuste correspondente a: aplicação do desconto de reequilíbrio de 9,47508%, correspondente ao fator D e aplicação do índice de reajustamento tarifário de 2,76 correspondente ao IPCA do período.

3.2 Meios de cobrança (Tráfego)

Meios de cobrança (mil)	2019	2018	Δ
Veículos pagantes	(85.861)	(82.799)	3,7%
Manual	(49.295)	(50.325)	-2%
Automática	(36.566)	(32.474)	13%

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada em cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos – das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Cielo, DBTrans, Veloe e Taggy – nas pistas automáticas (Cobrança Automática).

O tráfego das pistas automáticas, que apresentou um aumento de 4.092 mil veículos (13%), decorrente principalmente da migração natural para os meios eletrônicos em detrimento do pagamento em dinheiro, enquanto a cobrança manual teve uma redução de 1.030 veículos (-2%) o que representou um aumento de veículos pagantes de 3.062 (3,7%). O crescimento da arrecadação em 2019, quando comparada a 2018, pode ser explicada pela greve dos caminhoneiros que aconteceu entre abril e maio do exercício anterior.



continua...

...continuação

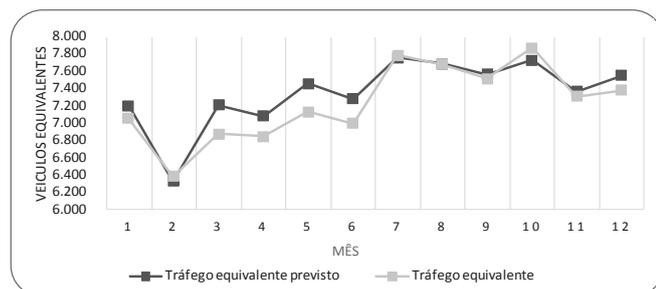
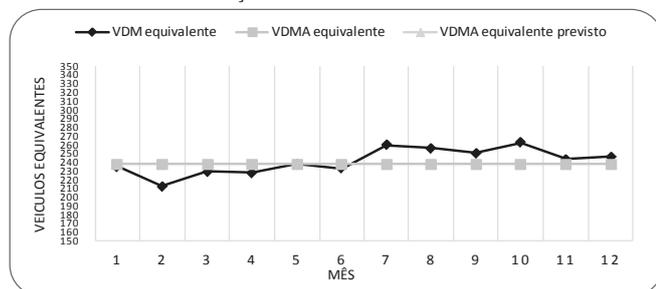
Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

4. Indicadores Operacionais

4.1 Volume do tráfego

No gráfico abaixo é apresentado o volume diário médio equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o volume diário médio equivalente previsto na proposta do contrato de concessão.

Variação mensal do volume em 2019

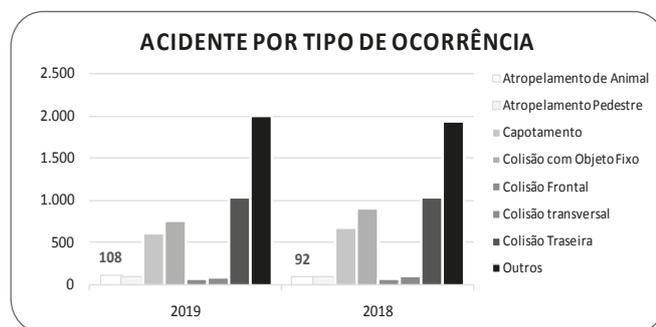


Observa-se que o VDMA equivalente está abaixo do VDMA previsto de acordo com o contrato de Concessão até o mês 12/2019.

5. Segurança no Trânsito

5.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2019 e 2018:



5.2 Dados da Operação da Concessão

5.2.1 Veículos alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2019. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de Veículo	Qtd.	Qtd./100km
Viatura de Inspeção	29	0,29
Guincho Leve	26	0,26
Guincho Pesado	0	-
Guincho Super Pesado	11	0,11
Carro Resgate	0	-
Ambulância Simples	17	0,17
UTI	7	0,07
Balança Móvel	0	-
Balança Fixa	2	0,02
Administração	43	0,43
Pedágio	11	0,11
Animal	6	0,06
Caminhão Pipa	6	0,06
Kombi	0	-
Picape	0	-
Segurança de trabalho	3	0,03
Manutenção	1	0,01
Faixa de domínio	0	-
Total de veículos de apoio	30	0,30
Total de veículos	179	1,79

5.2.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em dezembro/2019. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Cargo	Qtd.	Qtd./VDMA
ASSIST OPERADOR CCA	8	352
ATENDENTE DE CCO	12	529
ATENDENTE DE PEDÁGIO	308	13.568
AUX DE CONSERVA	203	8.943
AUX SERVIÇOS GERAIS	64	2.819
CONSERVADOR	145	6.388
ENC. DE CONSERVA SR	29	1.278
FAXINEIRA	2	88
INSPEÇÃO DE TRÁFEGO	94	4.141
LIDER DE BALANÇA	1	44
LIDER DE CONSERVA	22	969
LIDER DE CONSERVA PL	1	44
LIDER DE PRAÇA	41	1.806
LIDER FABR PLACAS JR	1	44
MOT SINALIZAÇÃO VIA	2	88
MOTORISTA	13	573
OP DE BALANÇA	25	1.101
OP DE CCA LIDER	1	44
OP DE TRATOR	11	485
OP MÁQUINAS LEVE	5	220
OP MEIOS DE PAGAMENTO	4	176
OP SINALIZAÇÃO VIARIA	3	132
OP DE TRÁFEGO	160	7.048
OP GUINCHO PESADO	41	1.806
OPERADOR DE CCA	2	88
OPERADOR DE CCO	24	1.057
Outros	135	5.947
TÉC. SEGURANÇA DO TRABALHO	6	264
TOTAL	1.363	60.044

6. Desempenho econômico e financeiro

6.1 Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia continua vivendo um cenário difícil decorrente do desequilíbrio contratual do contrato de Concessão, contudo, obteve avanços nas tratativas para sanar dívidas antes em aberto o que representa um passo importante na busca pela continuidade do contrato detalhados a seguir:

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia, reafirmando seu compromisso com o usuário, assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalonamento da dívida decorrente do contrato de financiamento nº 14.2.0495.1 de 15/07/2014 (Empréstimo Ponte), e com intervenção (aval) da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. O novo formato da negociação prevê o pagamento da dívida pela Companhia em 72 parcelas, mais parcela única com vencimento em 15/12/2025 a ser quitada com aporte da Controladora, tendo sido concedido, ainda, o perdão dos encargos moratórios referentes ao Empréstimo Ponte. A Companhia cedeu, em alienação fiduciária ao BNDES, 27% de todos os recebíveis e direitos creditórios decorrentes do contrato de concessão e, ainda, aval da Controladora (Interveniente) como garantias do empréstimo.

A repactuação com o BNDES representa um passo importante para o direcionamento estratégico da Companhia considerando os possíveis cenários que se avizinham, sendo a continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, ou a Revisão Quinquenal por parte da ANTT, essa última em tratativas e ainda sem resposta da ANTT.

Em 10 de junho de 2019 a Companhia, através da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), obteve decisão e sentença liminar que, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral, ao qual será submetida a ação principal, pronuncie-se sobre a questão ou a agência solucione o desequilíbrio. Em 30 de julho de 2019 foi obtida decisão ratificando a decisão liminar, tornando seus efeitos estáveis.

A Companhia esclarece ainda que em 08 de julho de 2019, ingressou com pedido de abertura de processo arbitral junto a Câmara de Comércio Internacional - CCI, em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Referido processo arbitral visa solucionar controvérsias surgidas durante a execução do Contrato de Concessão nº 004/2013, firmado pela União, por intermédio da ANTT, e a Concebra, em decorrência do desequilíbrio econômico financeiro do contrato e da mora do citado órgão regulador em resolvê-lo.

Tal medida encontra amparo na cláusula 37 do Contrato de Concessão que prevê que as Partes se obrigam a resolver por meio de arbitragem as controvérsias e/ou disputas oriundas ou relacionadas ao Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados. Adicionalmente, o Governo Federal estabeleceu a possibilidade de devolução amigável de contratos de concessão, por meio do processo de relicitação, disposto pela Medida Provisória nº 752, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.448/17 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19 em agosto de 2019. Em dezembro de 2019, a ANTT publicou a Resolução nº 5.860/19, estabelecendo a metodologia para o cálculo dos valores indenizáveis em caso de extinção antecipada do contrato de concessão. A adoção da possibilidade de relicitação é uma possibilidade ainda em avaliação por parte da Companhia.

O patrimônio líquido da Companhia foi de R\$209.249 em 31 de dezembro de 2019, comparativamente aos R\$297.013 registrados em 31 de dezembro de 2018. Representado pelo capital social de R\$ 380.000, prejuízos acumulados de R\$220.461 mil e adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$49.710.

O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia), em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.111.226, e em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$1.011.341, em função dos juros incorridos sobre os recursos do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES"). O novo formato da negociação prevê a quitação de dívida total (atualizada até a data de seu reescalonamento) de R\$1.111.265, sendo que (i) R\$792.348 (parcela denominada Subcrédito A) serão pagos pela Concebra em 72 parcelas, mais uma parcela única com vencimento em 15/12/2025, a ser quitada com aporte da controladora, e (ii) a diferença, de R\$318.917 (denominada Subcrédito B), correspondente aos encargos moratórios do Empréstimo ponte, será perdoada. O novo indexador aplicável será TLP + 2% a.a.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Conforme previsto no contrato de reescalonamento, o valor do Subcrédito B terá seu pagamento dispensado anualmente pelo BNDES a partir de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2024, na proporção do saldo efetivamente amortizado do Subcrédito A. O saldo residual do Subcrédito B também será perdoado na quitação do Subcrédito A, na data de vencimento (31 de dezembro de 2025) ou a qualquer momento em uma eventual liquidação antecipada.

Para garantir o pagamento das 72 parcelas do Subcrédito A, a Concebra alienou fiduciariamente ao BNDES direitos creditórios representativos de 27% de seu faturamento bruto mensal, devendo as receitas originadas do contrato de concessão serem depositadas diretamente em conta centralizadora aberta especificamente para esse fim. Na prática, as receitas de pedágio e acessórias auferidas pela Companhia serão diretamente depositadas na conta centralizadora e, ao final de cada mês, 27% do saldo será diretamente transferido para o BNDES para pagamento do Subcrédito A, sendo que apenas o saldo residual poderá ser utilizado pela Concessionária para quitar seus custos, despesas e tributos, correntes e extraordinários. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 5,31, a qual condiz com as características dos segmentos de operação da Companhia, enquanto em 31 de dezembro de 2018 a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 3,41.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital circulante líquido da Companhia foi negativo em R\$110.288 enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era negativo em R\$1.070.046, em função do empréstimo ponte com o BNDES que estava no curto prazo, cujo vencimento ocorreu em 15 de dezembro de 2016, e consequentemente a inadimplência da Companhia, sendo que com o reescalonamento ocorrido em 2019 levou ao reequilíbrio do capital circulante.

Os índices de liquidez corrente (representado por Ativo Circulante/Passivo Circulante) da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 corresponderam, respectivamente, a 0,284 e 0,031.

b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro 2019 era composta de 12% de capital próprio e 88% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2018, era composta de 17% de capital próprio e 83% de capital de terceiros. A diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida financeira líquida sobre o patrimônio líquido, está adequada para a natureza das atividades desenvolvidas. Entende-se por dívida nesse contexto, os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia.

c) Níveis de Endividamento e características das dívidas:

Empréstimos e Financiamentos

Na tabela abaixo, em milhares de reais, os principais endividamentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

BANCO	OPERAÇÃO	DÍVIDA TOTAL	TAXA MENSAL	Saldo 31/12/2018
BNDES	Reescalonamento	1.111.226	TLP + 2% a.a	952.059
BB	Ponte	-	CDI + 2,5% a.a.	28.732
BDMG	Ponte	-	CDI + 2,5% a.a.	17.212
BDMG	Cédula Bancária	-	CDI + 5,25 a.a.	13.338
Santander	Finame	-	6% a.a.	655
Safra Arrendamento Mercantil	Leasing	-	14,04% a.a.	-
TOTAL		1.111.226		1.011.996

Obrigações Tributárias

A movimentação dos saldos patrimoniais dos impostos correntes e diferidos segue abaixo:

Movimentação:	Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	Constituição	Saldo em 31/12/2019
IRPJ/CSLL diferidos - Ativo	139.916	53.975	193.891
IRPJ/CSLL diferidos - Passivo	(78.069)	(5.343)	(83.412)
	61.847	48.632	110.479

d) Valor adicionado

Em 2018, o valor adicionado líquido gerado pela Companhia foi de R\$ 149 milhões, redução de 25,87% em relação a 2017, cujo valor adicionado foi de R\$ 201 milhões. Essa redução deve-se principalmente a desaceleração das construções levando a menor receita de construção e menor captação de pessoas e maior custo operacional no desgaste das vias já construídas.

e) Receita operacional líquida (-17,61%)

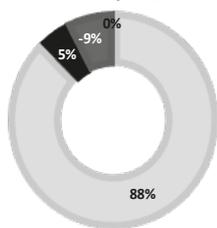
A receita operacional bruta da Companhia em 2019 é composta em 94,76%, pela arrecadação de pedágios e outras receitas, e 5,24% pela receita de construção.

As receitas de pedágios estão sujeitas ao regime cumulativo e aos seguintes impostos, COFINS-3%, PIS-0,65% e ISS-5%, já as receitas acessórias são tributadas pelo regime não-cumulativo, representando COFINS (7,6%), PIS (1,65%) e ISS (5%). Estes impostos estão representados como deduções da receita bruta.

Descrição	2019	2018	Var. (%)
Arrecadação de pedágio	383.335	387.202	-1,00%
Receita de construção	21.198	97.029	-78,15%
Outras receitas	-	20	-100%
Deduções da Receita Bruta	(33.137)	(33.453)	-0,94%
Receita Operacional Líquida	371.396	450.798	-17,61%

RECEITA OPERACIONAL

■ Arrecadação de pedágio ■ Receita de construção ■ Outras receitas ■ Deduções da Receita Bruta



f) Custos dos serviços prestados e de construção (-14,26%)

No exercício de 2019 houve um decréscimo de 14,26% em relação ao ano de 2018, impulsionado pela desaceleração do andamento das obras de ampliação e melhoria da capacidade da rodovia, principalmente pela duplicação, por conta da não contratação do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES, além disso, em razão da expectativa para a possibilidade de reprogramação dos investimentos.

Descrição	2019	2018	Var. (%)
Custos Operacionais	275.246	321.019	-14,26%
Custo dos serviços prestados	254.590	226.449	12,43%
Custo de construção	20.656	94.570	-78,16%

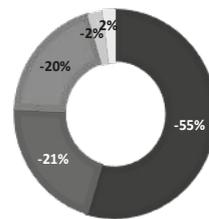
g) Despesas operacionais (67,44%)

Em 2019, as despesas operacionais aumentaram 67,44%, causado pelo aumento das despesas administrativas e despesas com prestação de serviços. Em relação as despesas administrativas houveram aumentos dos gastos relacionados a consultoria jurídica para fazer frente a busca pelo reequilíbrio contratual, além disso a redução da remuneração dos administradores é decorrente da migração de parte da remuneração para serviços prestados.

Descrição	2019	2018	Var. (%)
Despesas Operacionais	(43.120)	(25.752)	67,44%
Despesas administrativas	(24.549)	(12.905)	90,23%
Salários e encargos sociais	(9.484)	(8.734)	8,59%
Remuneração dos administradores	(1.123)	(3.625)	-69,02%
Amortização	(8.880)	(1.160)	665%
Outras receitas operacionais, líquidas	916	672	36,31%

DESPESAS OPERACIONAIS

■ Despesas Administrativas ■ Salários e encargos sociais
■ Amortização ■ Remuneração dos Administradores
■ Outras receitas e despesas operacionais, líquidas



h) Resultado financeiro (9,15%)

As receitas financeiras em 2019 referem-se aos rendimentos de aplicações financeiras, bem como descontos obtidos em negociações junto aos fornecedores. Com relação às despesas financeiras, o acréscimo ocorreu devido às provisões de multa e juros de inadimplência referente aos empréstimos.

Descrição	2019	2018	Var. (%)
Resultado Financeiro	(186.242)	(204.983)	9,15%
Receitas financeiras	658	537	22,53%
Despesas financeiras	(186.900)	(205.520)	9,06%

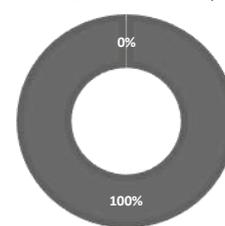
Descrição	2019	2018	Var. (%)
Receitas financeiras	658	537	22,45%
Descontos obtidos	1	163	-99,68%
Rendimento sobre aplicações financeiras	657	374	75,67%

Descrição	2019	2018	Var. (%)
Despesas financeiras	186.900	205.250	-9,1%
Juros sobre financiamento	166.895	188.978	-11,7%
AVP provisão para manutenção	17.057	14.012	21,7%
Juros sobre obrigações com fornecedores	944	880	7,3%
Juros e multa sobre obrigações fiscais	428	705	-39,2%
Despesas bancárias	422	493	-14,4%
Outros	1.153	452	155,1%

Nota-se que os juros advindos da operação do BNDES são representados face ao total das despesas financeiras.

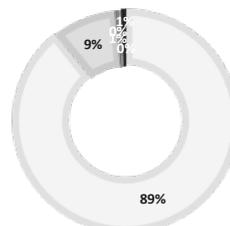
RECEITAS FINANCEIRAS

■ Descontos obtidos ■ Rendimento sobre aplicações financeiras



DESPESAS FINANCEIRA

■ Juros sobre financiamento
■ AVP provisão para manutenção
■ Juros sobre obrigações com fornecedores
■ Juros e multa sobre obrigações fiscais
■ Despesas bancárias
■ Outros



continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

i) Lucro líquido do exercício (-8,65%)

Descrição	2019	2018	Var. (%)
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	(88.025)	(68.081)	29%
Constituição da Reserva Legal (5%)	-	-	-100%
Lucro (prejuízo) Base de Dividendos	(88.025)	(68.081)	29%
Reserva de retenção de lucro	-	-	-100%
Absorção de reserva de retenção de lucro	88.025	68.081	29%
Saldo à disposição dos acionistas	-	-	N/C

j) EBTIDA e Margem EBTIDA

O EBTIDA Ajustado do ano totalizou R\$ 148.632, variação de 22% em relação ao apurado em 2017. A Margem EBTIDA Ajustada foi de 42% que é o EBTIDA ajustado em relação a receita líquida, então resultante dos reajustes da tarifa básica de pedágio e dos esforços na redução de custos.

O EBTIDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das receitas/despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias.

k) Resultado do exercício

Descrição	2019	2018	Var. %
Resultado bruto	96.150	129.779	-26%
Receitas operacionais líquidas	371.396	450.798	-18%
Custo dos serviços prestados e de construção	(275.246)	(321.019)	-14%

Descrição	2019	2018	Var. %
Despesas Operacionais	(43.120)	(25.752)	67%
Despesas administrativas	(24.549)	(12.905)	90%
Salários e encargos sociais	(9.484)	(8.734)	9%
Remuneração dos administradores	(1.123)	(3.625)	-69%
Amortização	(8.880)	(1.160)	665%
Outras receitas operacionais, líquidas	916	672	36%

Lucro operacional antes do resultado financeiro 53.030 104.027 -49%

Descrição	2019	2018	Var. %
Resultado financeiro, líquido	(186.242)	(204.983)	9%
Receitas financeiras	658	537	23%
Despesas financeiras	(186.900)	(205.520)	9%

Prejuízo antes do IR e CSLL (133.212) (100.956) 32%

Descrição	2019	2018	Var. %
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.443)	-	100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.630	32.875	48%

Prejuízo do exercício (88.025) (68.081) 29%

Prejuízo diluído por ação (0,232) (0,178) 30%

O Prejuízo Líquido no ano, por ação, atingiu R\$ 0,232 contra R\$ 0,178 em 2018. As variações são devidas à variação das despesas operacionais, dentre elas as despesas com depreciação e amortização.

7. Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em mil)

1 - Base de cálculo	2019 - Valor			2018 - Valor		
Faturamento bruto	404.533			484.251		
Receita líquida (RL)	371.396			450.798		
Resultado operacional (RO)	53.030			104.027		
Folha de pagamento bruta (FPB)	10.608			12.359		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	9.484			8.734		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	1.123			3.625		

2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	431	4,1%	0,1%	430	3,5%	0,1%
Encargos Sociais	2.319	21,9%	0,6%	2.453	19,8%	0,5%
Previdência privada	190	1,8%	0,1%	172	1,4%	0,0%
Saúde	748	7,1%	0,2%	688	5,6%	0,2%
Segurança e Saúde no trabalho	64	0,6%	0,0%	62	0,5%	0,0%
Educação	28	0,3%	0,0%	50	0,4%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	121	1,1%	0,0%	28	0,2%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	1.993	18,8%	0,5%	841	6,8%	0,2%
Outros	126	1,2%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais internos	6.020	56,8%	1,6%	4.724	38,2%	1,0%

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros brindes	21	0,2%	0,0%	18	0,1%	0,0%
Educação	51	0,5%	0,0%	34	0,3%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	72	0,7%	0,0%	52	0,4%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	72	0,7%	0,0%	52	0,4%	0,0%

4 - Indicadores do corpo funcional	2019	2018
Nº de colaboradores no final do período	1414	1380
Tempo de serviço	13% até seis meses 9% de seis meses a um ano 18% entre um e dois anos 34% entre dois e cinco anos 26% mais de cinco anos	16% até seis meses 9% de seis meses a um ano 27% entre um e dois anos 24% entre dois e cinco anos 25% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	548	447
Nº de demissões durante o período	516	459
Nº de estagiários (as)	2	2
Nº de colaboradores terceirizados	0	294
Nº de colaboradores com até 18 anos	10	8
Nº de colaboradores acima de 45 anos	292	227
Nº de mulheres que trabalham na concessionária	502	483
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	20	10
Total de horas extras trabalhadas	28.571	23.707
Total de horas extras pagas	28.571	23.707
Total de INSS pagos	7.864	12.468
Total de FGTS pagos	2.188	3.350
Total de contribuição sindical paga	259	66
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhido no período	0	0
Total de IR recolhido no período	2.528	0
Total de CSLL recolhida no período	915	0
Total de PIS recolhida no período	2.492	2.517
Total de COFINS recolhida no período	11.500	11.616
Total de outros tributos recolhidos no período	19.145	33.453

continua...

...continuação Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

5 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019	2018
Número total de acidentes de trabalho	2	1
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() apoia (X) organiza e incentiva	() apoia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça
Valor adicionado total a distribuir:	149.440	200.196
Distribuição do Valor Adicionado	-2% governo 0% acionistas 32% colaboradores 128% terceiros -59% retido	5% governo 0% acionistas 26% colaboradores 103% terceiros -34% retido

8. Resumo de dados

Tabela - Rodovias															
Dados anuais															
Quilômetros da rodovia	Km 1.176,5.														
Número de veículos que transitaram	CATEGORIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	(+) 12	TOTAL
	VEICULOS	27.432	3.181	275	2.822	31	2.137	1.303	2.517	976	-	960	21	622	42.277
Número de praças de pedágios	São onze praças de Pedágio em operação, P1 Alexânia/GO Km 43,1, P2 Goianápolis/GO Km 107,9, P3 Professor Jamil/GO Km 553,1, P4 Itumbiara/GO Km 685,8, P5 Prata/MG Km 127,9, P6 Fronteira/MG Km 227,9, P7 Florestal/MG Km 389,6, P8 Luz/MG Km 512,83, P9 Campos Altos/MG Km 600,8, P10 Sacramento/MG Km 736,9, P11 Campo Florido/MG Km 878,5														
Tarifa															
Número de quilômetros mantidos	Km 1.176,5.														
Índice de congestionamento	Não se aplica.														
Transito Médio Diário Equivalente															
Trânsito Médio Anual Equivalente															
Equipes utilizadas pelo concessionário	17 Ambulâncias tipo C, 11 Guinchos Pesados, 26 Guinchos Leves, 29 Veículos de inspeção de trânsito, 6 Caminhões-pipa e 6 Caminhões de apreensão de animais.														
Índice de qualidade de estrada															
Receita de Pedágio	383.335														
Custos associados às receitas de pedágio	-275.246														
Fator Capital															
Despesas de Depreciação/Amortização	-151.499														
Ativo Líquido	1.621.068														
Ativo Bruto	1.469.569														
Série Histórica dos Investimentos	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
		-	-	-	-	-	-	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	30.765		
Fatores Intermediários															
Despesas com prestadores de serviço	9.346														
Despesas com materiais, equipamentos e veículos	825														
Provisões para demandas judiciais	5.028														
Despesas gerais	9.350														
Seguridade															
Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade	Quant.													
	Acidentes com Mortes	104													
	Acidentes com Vítimas	1.623													
	Acidentes sem Vítimas	3119													
	Total	4846													
Indicadores															
Receita por veículo	9,07														
Custo por veículo	-6,51														

continua...



...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

9. Declaração da diretoria e agradecimentos

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concebra – Concessionária das rodovias centrais do Brasil declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da Ernst Young Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores a todos os colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

Goiânia-GO, 11 de março de 2020

Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli – Presidente do Conselho
Marcos Paulo Fernandes – Conselheiro(a) Efetivo
Roberto Solheid da Costa de Carvalho – Conselheiro(a) Efetivo
João Villar Garcia – Conselheiro(a) Efetivo

Diretoria Executiva Estatutária

Odenir José Sanches – Diretor Presidente
Daniel Severo Amaral- Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Thiago Vitorello – Diretor Executivo e de Engenharia
Ricardo Junqueira Victorelli – Diretor de Operações

Contador(a)

Aline A Rodrigues
CRC GO-019099/O-5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído evidenciado por ação em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas operacionais líquidas	14	371.396	450.798
Custo dos serviços prestados e de construção	15	(275.246)	(321.019)
Resultado bruto		96.150	129.779
Despesas operacionais, líquidas:			
Administrativas	16	(24.549)	(12.905)
Salários e encargos sociais		(9.484)	(8.734)
Amortização		(8.880)	(1.160)
Administradores	17	(1.123)	(3.625)
Outras receitas operacionais, líquidas		916	672
		(43.120)	(25.752)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		53.030	104.027
Resultado financeiro, líquido:	18		
Receitas financeiras		658	537
Despesas financeiras		(186.900)	(205.520)
		(186.242)	(204.983)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(133.212)	(100.956)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.443)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	48.630	32.875
		45.187	32.875
Prejuízo do exercício		(88.025)	(68.081)
Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$)	13.b	(0,232)	(0,178)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(88.025)	(68.081)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(88.025)	(68.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)	380.000	(64.356)	26.700	342.344
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	22.750	22.750
Prejuízo do exercício	-	(68.081)	-	(68.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	380.000	(132.437)	49.450	297.013
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	260	260
Prejuízo do exercício	-	(88.025)	-	(88.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	380.000	(220.461)	49.710	209.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) do exercício	(88.025)	(68.081)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Margem de construção	(2.186)	(2.459)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.632)	(32.875)
Amortização	55.694	46.875
Baixa de ativo imobilizado	(75.179)	-
Provisão para manutenção e AVP	49.561	49.419
Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	92.815	188.978
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	1.372	1.585
Juros Capitalizados	74.080	-
Provisão para demandas judiciais	1.419	360

continua...

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	Em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.750	15.475	15.784
Clientes e operações a receber	4	15.362	15.511	15.025
Impostos a recuperar		253	162	177
Adiantamentos diversos	5	3.620	955	1.862
Despesas antecipadas		779	1.568	1.937
		43.764	33.671	34.785
Não circulante				
Despesas antecipadas		-	162	1.083
Depósito judicial		511	1.249	721
Impostos e contribuições diferidos	11	193.891	139.916	101.019
Outros créditos		-	1.100	1.100
Adiantamentos partes relacionadas	6	45.947	-	-
Ativos de direito de uso		8.071	-	-
Imobilizado		3.170	-	-
Intangível	7	1.469.569	1.494.410	1.517.232
Intangível em construção	6	-	49.706	-
		1.721.159	1.686.543	1.621.155
Total do ativo		1.764.923	1.720.214	1.655.940
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		7.334	13.814	18.015
Empréstimos e financiamentos	8	100.583	1.011.341	853.870
Arrendamento mercantil		6.337	655	2.078
Obrigações trabalhistas		9.950	10.573	9.975
Obrigações fiscais	9	7.683	25.084	29.556
Contas a pagar - partes relacionadas	6	17.917	37.898	42.897
Outras obrigações		4.248	4.352	4.656
		154.052	1.103.717	961.047
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	8	1.010.643	-	88.210
Arrendamento mercantil		2.167	-	655
Provisões para demandas judiciais	12	5.965	3.808	3.448
Provisão para manutenção	10	287.168	237.607	188.188
Impostos e contribuições diferidos	11	83.412	78.069	72.048
Obrigações fiscais	9	12.267	-	-
		1.401.622	319.484	352.549
Patrimônio líquido	13			
Capital social		380.000	380.000	380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		49.710	49.450	26.700
Prejuízos acumulados		(220.461)	(132.437)	(64.356)
Total do patrimônio líquido		209.249	297.013	342.344
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.764.923	1.720.214	1.655.940

...continuação Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Variação nos ativos e passivos:		
Cliente e operações a receber	149	(486)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	3.759	
Impostos a recuperar	(91)	15
Depósitos judiciais	-	(528)
Despesas antecipadas	789	1.290
Adiantamentos	(2.665)	-
Outros valores a receber	-	907
Fornecedores	(7.424)	(5.081)
Obrigações sociais e trabalhistas	(623)	598
Obrigações fiscais	5.562	(5.177)
Contas a pagar partes relacionadas	(19.981)	(4.999)
Outras obrigações	24.615	(305)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	65.009	170.036
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	-	(71.300)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	-	(71.300)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	260	22.750
Captações através de empréstimos e financiamentos (IFRS 16)	9.657	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(66.451)	(113.226)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(200)	(8.569)
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(56.734)	(99.045)
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
	8.275	(309)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
	15.475	15.784
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		
	23.750	15.475
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
	8.275	(309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)**

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas		
Receita de pedágio	465.587	484.924
Receita de construção	383.335	387.202
Outras receitas	79.852	97.029
	2.400	693
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(261.111)	(237.363)
Custos de construção	(162.228)	(131.306)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(77.829)	(94.570)
Valor adicionado bruto	(21.054)	(11.487)
	204.476	247.561
Amortização		
Valor adicionado líquido consumido	(55.694)	(47.111)
	148.782	200.450
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	658	537
	658	537
Valor adicionado total a distribuir		
	149.440	200.987
Distribuição do valor adicionado		
	149.440	200.987
Pessoal		
Remuneração direta	48.398	52.704
Benefícios	36.856	41.907
F.G.T.S.	9.256	8.434
	2.286	2.363
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(2.865)	9.462
Estaduais	(22.025)	(9.897)
Municipais	-	27
	19.160	19.332
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	191.932	206.902
Aluguéis	186.878	205.520
Outras	26	388
	5.028	994
Prejuízo do exercício		
Lucro/ Prejuízo do exercício	(88.025)	(68.081)
	(88.025)	(68.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra", "Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, e possui como acionista a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("TPI" ou "Controladora"). A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MS, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR 153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), a Concessionária conta com 24 bases operacionais que prestam serviços de atendimento ao usuário, 02 postos de pesagem veicular, 12 bases da polícia rodoviária federal, 06 lotes de manutenção e conservação e 11 praças de pedágio ao longo de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes. De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nos primeiros 5 anos, período de maior concentração das obras e a partir daí, com capital dos acionistas, geração de caixa e captações adicionais no mercado financeiro.

Por ocasião do lançamento da licitação, o poder concedente incluiu no respectivo edital a previsão de contratação de financiamento de longo prazo em até 12 (doze) meses e após isso em 04 de setembro de 2013, foi publicada a Carta de Apoio dos Bancos Públicos, assinada pelo BNDES, pela Caixa Econômica Federal - CEF e pelo Banco do Brasil - BB, dispondo condições excepcionalmente subsidiadas em relação ao mercado nos financiamentos para o setor de rodovias. Subsídio esse dado pelo governo federal a partir do BNDES que permitiria a manutenção de uma tarifa baixa de pedágio aos usuários. Desta forma, ao candidatar-se à licitação e ao aceitar a assinatura do contrato a Concessionária baseou-se na expectativa legítima de obtenção do financiamento que, de fato, era imprescindível à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, especialmente diante de um cronograma bastante apertado de investimentos, previsto para a execução das obras de ampliação e melhorias na rodovia nos primeiros 5 (cinco) anos de fruição da concessão.

Nesse contexto, no dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. Torna-se evidente assim que o financiamento governamental subsidiado era, de fato e de direito, elemento essencial das condições da concorrência. Ocorre que a crise que assola o país desde o início de 2014, que culminou numa retração impensável de 7,2% do PIB no biênio 2015/16 (a maior queda desde 1900, segundo parecer do economista Raul Velloso), trouxe inesperadas e impactantes alterações nas condições inicialmente apresentadas para obtenção de financiamentos públicos, provocando uma inversão das projeções financeiras realizadas pela requerente e pelas demais concessionárias que aderiram ao certame licitatório em 2013.

O BNDES, após mudança de orientação de política pública pelo poder concedente, se recusou a contratar o propalado financiamento de longo prazo, decidindo unilateralmente declarar antecipadamente vencido o empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016, sendo esse o motivo da inadimplência da Companhia e, ainda, a razão que a impediu de buscar outras formas de financiamento no mercado.

Como não se confirmaram as condições inicialmente apresentadas para a obtenção de financiamento público, tendo sido liberados apenas empréstimos pontes de uma pequena parte do valor prometido, a Concessionária foi obrigada a arcar com parte considerável dos investimentos, em montante muito superior ao inicialmente previsto, desconfigurando e tornando inviáveis as obrigações assumidas pela Concessionária. Além do aporte contratual previsto de R\$380.000, a Controladora aportou adicionalmente R\$105.000, como bem pode ser observado nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia em exercícios anteriores. Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia, reafirmando seu compromisso com o usuário, assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalonamento da dívida decorrente do contrato de financiamento nº 14.2.0495.1 de 15/07/2014 (Empréstimo Ponte), e com interveniência (aval) da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. O novo formato da negociação prevê o pagamento da dívida pela Companhia em 72 parcelas, mais parcela única com vencimento em 15/12/2025 a ser quitada com aporte da Controladora, tendo sido concedido, ainda, o perdão dos encargos moratórios referentes ao Empréstimo Ponte. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 08.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia cedeu, em alienação fiduciária ao BNDES, 27% de todos os recebíveis e direitos creditórios decorrentes do contrato de concessão e, ainda, aval da Controladora (Interveniente) como garantias do empréstimo. A repactuação com o BNDES representa um passo importante para o direcionamento estratégico da Companhia considerando os possíveis cenários que se avizinharam, sendo a continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, ou a Revisão Quinquenal por parte da ANTT, essa última em tratativas e ainda sem resposta da ANTT.

Em 10 de junho de 2019 a Companhia, através da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), obteve decisão e sentença liminar que assegura que, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral, ao qual será submetida a ação principal, pronuncie-se sobre a questão ou a agência solucione o desequilíbrio. Em 30 de julho de 2019 foi obtida decisão ratificando a decisão liminar, tornando seus efeitos estáveis.

A Companhia esclarece ainda que em 08 de julho de 2019, ingressou com pedido de abertura de processo arbitral junto a Câmara de Comércio Internacional - CCI, em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Referido processo arbitral visa solucionar controvérsias surgidas durante a execução do Contrato de Concessão nº 004/2013, firmado pela União, por intermédio da ANTT, e a Concebra, em decorrência do desequilíbrio econômico financeiro do contrato e da mora do citado órgão regulador em resolvê-lo.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Tal medida encontra amparo na cláusula 37 do Contrato de Concessão que prevê que as Partes se obrigam a resolver por meio de arbitragem as controvérsias e/ou disputas oriundas ou relacionadas ao Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

Adicionalmente, o Governo Federal estabeleceu a possibilidade de devolução amigável de contratos de concessão, por meio do processo de relicitação, disposto pela Medida Provisória nº 752, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.448/17 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19 em agosto de 2019. Em dezembro de 2019, a ANTT publicou a Resolução nº 5.860/19, estabelecendo a metodologia para o cálculo dos valores indenizáveis em caso de extinção antecipada do contrato de concessão. A adoção da relicitação está sendo avaliada pela Administração da Companhia.

2. Base para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 04 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e com alterações da Lei nº 11.638/07, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.5. Normas, alterações e interpretações**Adoção de novos pronunciamentos e interpretações contábeis****CPC 06 (R2 - Arrendamentos)**

A nova norma substituiu o IAS 17 – "Arrendamentos" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Companhia utilizou o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) de reconhecer o passivo de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), mensurando este passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, ou a taxa implícita no arrendamento quando aplicável, na data da adoção inicial.

Adicionalmente reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e mensurou este ativo de direito de uso ao valor equivalente do passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial:

Ativos	R\$
Direito de uso	15.016
Passivos	R\$
Passivo de arrendamento	(15.016)

A Companhia utilizou o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) de reconhecer o passivo de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), mensurando este passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre os empréstimos do arrendatário, ou a taxa implícita no arrendamento quando aplicável, na data da adoção inicial. Adicionalmente reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e mensurou este ativo de direito de uso ao valor equivalente do passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes**Alteração da norma CPC 15 (IFRS 3) – Definição de negócio**

Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.

Alteração das normas CPC26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 – Definição de materialidade

Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Representação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

A Concebra reapresentou suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 27 de março de 2019, observando a orientação do CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificações de Erros, com objetivo de retificar a classificação contábil para o adequado controle e correta apresentação de seus registros.

A Companhia avaliou detalhadamente os gastos reconhecidos no ativo e identificou gastos reconhecidos no ativo que pertencem ao resultado de exercícios anteriores incorridos entre os anos de 2014 até 2018 realizando a baixa dos ajustes identificados no exercício de 2019. O efeito do ajuste, líquido dos impostos diferidos, no resultado do exercício foi de R\$ 3.493. Portanto, as demonstrações contábeis encerradas nessa data estão sendo reapresentadas com seus respectivos efeitos no balanço patrimonial, nas demonstrações do resultado, nas demonstrações da mutação do patrimônio líquido, na demonstração dos fluxos de caixa e na demonstração do valor adicionado:

Balanços Patrimoniais em 1º de janeiro de 2018, reapresentados:

	31/12/2017 (+/-) Ajustes	Em 1º janeiro de 2018 (reapresentado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.784	- 15.784
Clientes e operações a receber	15.025	- 15.025
Impostos a recuperar	177	- 177
Adiantamentos diversos	1.862	- 1.862
Despesas antecipadas	1.937	- 1.937
	34.785	- 34.785
Não circulante		
Despesas antecipadas	1.083	- 1.083
Depósito judicial	721	- 721
Impostos e contribuições diferidos	68.672	32.347 101.019
Outros créditos	1.100	- 1.100
Intangível	1.489.782	27.450 1.517.232
	1.561.358	59.797 1.621.155
Total do ativo	1.596.143	59.797 1.655.940

Passivo**Circulante**

Fornecedores	18.015	- 18.015
Empréstimos e financiamentos	853.870	- 853.870
Arrendamento mercantil	2.078	- 2.078
Obrigações trabalhistas	9.975	- 9.975
Obrigações fiscais	29.556	- 29.556
Contas a pagar - partes relacionadas	42.897	- 42.897
Outras obrigações	4.657	- 4.656
	961.048	- 961.047
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	88.210	- 88.210
Arrendamento mercantil	655	- 655
Provisões para demandas judiciais	3.448	- 3.448
Provisão para manutenção	188.188	- 188.188
Impostos e contribuições diferidos	25.587	46.460 72.048
	306.088	46.460 352.549

Patrimônio líquido

Capital social	380.000	- 380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.700	- 26.700
Prejuízos acumulados	(77.693)	13.337 (64.356)
Total do patrimônio líquido	329.007	13.337 342.344

Total do passivo e do patrimônio líquido

	1.596.143	59.797 1.655.940
--	------------------	-------------------------

Balanços Patrimoniais de 31 de dezembro de 2018, reapresentados:

	31/12/2018 (+/-) Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.475	- 15.475
Clientes e operações a receber	15.511	- 15.511
Impostos a recuperar	162	- 162
Adiantamentos diversos	955	- 955
Despesas antecipadas	1.568	- 1.568
	33.671	- 33.671
Não circulante		
Despesas antecipadas	162	- 162
Depósito judicial	1.249	- 1.249
Impostos e contribuições diferidos	102.780	37.136 139.916
Outros créditos	1.100	- 1.100
Intangível	1.470.056	24.354 1.494.410
Intangível em construção	49.706	- 49.706
	1.625.053	61.490 1.686.543
Total do ativo	1.658.724	61.490 1.720.214

Passivo**Circulante**

Fornecedores	13.814	- 13.814
Empréstimos e financiamentos	1.011.341	- 1.011.341
Arrendamento mercantil	655	- 655
Obrigações trabalhistas	10.573	- 10.573
Obrigações fiscais	25.084	- 25.084
Contas a pagar - partes relacionadas	37.898	- 37.898
Outras obrigações	4.351	- 4.352
	1.103.715	- 1.103.717

Não circulante

Provisões para demandas judiciais	3.808	- 3.808
Provisão para manutenção	237.607	- 237.607
Impostos e contribuições diferidos	26.423	51.646 78.069
	267.839	51.646 319.484

continua...

...continuação			Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.			
Patrimônio líquido			Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2018, reapresentados:			
Capital social	380.000	-	380.000	31/12/2018	Ajustes	31/12/2018
Adiantamento para futuro aumento de capital	49.450	-	49.450	(divulgado)		(reapresentado)
Prejuízos acumulados	(142.281)	9.844	(132.437)			
Total do patrimônio líquido	287.169	9.844	297.013			
Total do passivo e do patrimônio líquido			1.658.723	61.490	1.720.214	
Demonstrações do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018, reapresentados			Resultado			
	31/12/2018	(+/-) Ajustes	31/12/2018	(divulgado)	(reapresentado)	
Receitas líquidas	450.798	-	450.798			
Custo dos serviços prestados	(317.089)	(3.930)	(321.019)			
Administrativo	(12.812)	(93)	(12.905)			
Salários e encargos	(8.734)	-	(8.734)			
Amortização	(2.087)	927	(1.160)			
Administradores	(3.625)	-	(3.625)			
Outras receitas e despesas operacionais	672	-	672			
	107.123	(3.096)	104.027			
Receita financeira	537	-	537			
Despesa financeira	(205.520)	-	(205.520)			
	204.983	-	204.983			
Imposto de renda e contribuição diferido	33.272	(397)	32.875			
Prejuízo do Exercício	(64.588)	(3.493)	(68.081)			
Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) de 31 de dezembro de 2018, reapresentados:			Distribuição do valor adicionado			
	31/12/2018	Ajustes	31/12/2018			
	(divulgado)		(reapresentado)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(64.588)	(3.493)	(68.081)			
Prejuízo do exercício						
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Margem de construção	(2.459)	-	(2.459)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.272)	397	(32.875)			
Amortização	43.779	3.096	46.875			
Provisão para manutenção e AVP	49.419	-	49.419			
Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	188.978	-	188.978			
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	1.585	-	1.585			
Provisão para demandas judiciais	360	-	360			
Variação nos ativos e passivos:						
Cliente e operações a receber	(486)	-	(486)			
Impostos a recuperar	15	-	15			
Depósitos judiciais	(528)	-	(528)			
Despesas antecipadas	1.290	-	1.290			
Outros valores a receber	907	-	907			
Fornecedores	(5.081)	-	(5.081)			
Obrigações sociais e trabalhistas	598	-	598			
Obrigações fiscais	(5.177)	-	(5.177)			
Contas a pagar partes relacionadas	(4.999)	-	(4.999)			
Outras obrigações	(305)	-	(305)			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	170.036	-	170.036			
Fluxos de caixa das atividades de investimento:						
Adições ao ativo intangível	(71.300)	-	(71.300)			
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(71.300)	-	(71.300)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:						
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.750	-	22.750			
Captações através de empréstimos e financiamentos (IFRS 16)						
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(113.226)	-	(113.226)			
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(8.569)	-	(8.569)			
Partes relacionadas						
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(99.045)	-	(99.045)			
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(309)	-	(309)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.784	-	15.784			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.475	-	15.475			
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(309)	-	(309)			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.784	-	15.784			
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(309)	-	(309)			

3. Caixa e equivalentes de caixa		
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.		
	Indexador	Natureza
Disponibilidades (i)		31/12/2019
Aplicações financeiras (ii)	98,5% do CDI	31/12/2018
		Aplicação programada
		22.296
		12.303
		23.750
		15.475

(i) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 os recursos referem-se substancialmente a montantes custodiados pela transportadora de valores.
(ii) Refere-se a aplicações financeiras de curto prazo, lastreadas ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

4. Clientes e operações a receber		
		31/12/2019
Arrecadação pedágio (i)		31/12/2018
Vale pedágio		672
Pedágio eletrônico		14.690
Uso da faixa de domínio		112
		15.362
		15.511

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

5. Adiantamentos diversos		
		31/12/2019
Adiantamentos a fornecedores (i)		31/12/2018
Adiantamentos a funcionários		3.472
		148
		3.620
		955

(i) A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para prestação de serviços e pagamento antecipado na compra de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados.

6. Partes relacionadas		
As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:		

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Partes relacionadas	31/12/2019		31/12/2018	
	Adianta-mentos	Contas a pagar	Ativo intangível	Contas a pagar
Construtora Triunfo S.A. (i)	45.947	-	49.706	-
CT Vias – Centro Tecnológico de Infraestrutura Ltda. (ii)	-	-	-	258
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iii)	-	17.521	-	37.640
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (iv)	-	396	-	-
	45.947	17.917	49.706	37.898

i. Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a ANTT e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total. O contrato não possui um prazo de vigência específico, pois acompanha o cronograma de obras previsto no contrato de concessão da contratada podendo ser rescindido a qualquer tempo de acordo com as cláusulas do contrato firmado. A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A.

ii. Valores referentes a fornecimento de serviços conforme previsto no contrato 004/2018 entre as partes no valor de R\$1.949, sem prazo definido, para execução de serviços de avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento, avaliação dos elementos rodoviários de sinalização vertical e horizontal e de proteção e segurança, bem como, levantamento das condições de aderência do pavimento, proposições de soluções e previsões de desempenhos de pavimentos em atendimento ao estabelecido no programa de exploração da rodovia (PER). Em 31 de dezembro de 2019 o contrato já havia sido encerrado, não havendo mais saldos em aberto. A CT Vias e a Companhia possuem a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A como controladora em comum.

7iii. Valores referentes ao valor de prejuízo fiscal transferido pela TPI para abatimento dos saldos de parcelamentos de impostos, no valor de R\$19.398, líquido do desconto da adesão, conforme contrato de Cessão de crédito firmado entre as partes e valores relacionados a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding TPI, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de prejuízo fiscal é de R\$ 13.398 e notas de débito R\$ 4.123.

iv. Valores referentes a compra de veículos utilizados na operação. A Rio Guaíba e a Companhia possuem a TPI como controladora em comum.

7. Intangível

	Intangível em serviço	Provisão para manutenção	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	1.529.145	68.954	-	1.598.099
Construções/aquisições/adições	30.765	-	-	30.765
Compensações	(4.626)	-	-	(4.626)
Transferência (i)	(3.170)	-	-	(3.170)
Saldo em 31/12/2019	1.552.114	68.954	-	1.621.068
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	(100.054)	(3.635)	-	(103.689)
Amortização	(46.268)	(1.542)	-	(47.810)
Saldo em 31/12/2019	(146.322)	(5.177)	-	(151.499)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	1.429.091	65.319	-	1.494.410
Saldo em 31/12/2019	1.405.792	63.777	-	1.469.569
2% a				
Taxa de amortização	4,5% a.a.	-	-	-

(i) Para atendimento à norma, CPC 27 – Imobilizado a Companhia realizou uma revisão de seus ativos havendo reclassificação para o imobilizado. O valor é representado pelas naturezas de móveis e utensílios, computadores e veículos com essa característica. O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e faixas de acesso	Canteiro central e domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e estruturas de rádio comunicação	Sinalização	Outros ativos em serviço	Total
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	619.041	630.328	62.870	60.747	16.519	33.736	105.904	1.529.145
Construções/aquisições	94.044	239.298	-	722	5.150	-	-	99.916
Transferência/baixas	(30.684)	(4.509)	-	-	-	(24)	(41.730)	(76.947)
Saldo em 31/12/2019	713.085	599.644	58.361	61.469	21.669	33.712	64.174	1.552.114
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	(46.825)	(29.890)	(4.817)	(4.565)	(1.123)	(2.553)	(10.281)	(100.054)
Amortização	(21.257)	(17.875)	(1.740)	(1.832)	(646)	(1.005)	(1.913)	(46.268)
Saldo em 31/12/2019	(68.082)	(47.765)	(6.557)	(6.397)	(1.769)	(3.558)	(12.194)	(146.322)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2018 (Reapresentado)	572.216	600.438	58.053	56.182	15.396	31.183	95.623	1.429.091
Saldo em 31/12/2019	645.003	551.879	51.804	55.072	19.900	30.154	51.980	1.405.792

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os intangíveis têm vida útil definida e estão sujeitos a análise de impairment anual. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para 2020 e no plano de negócios de longo prazo e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Para 31 de dezembro de 2019, o resultado apurado no teste de impairment foi superior ao saldo contábil de ativo intangível, não havendo perdas por desvalorização a serem contabilizadas no exercício.

Juros capitalizados

Como a Companhia tomou empréstimos e recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na nota explicativa nº 08.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo capitalizado, líquido de amortização acumulada é de R\$118.088.

8. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e TJP + 2% a.a.	Dez/2016	-	952.059	-
BNDES (Reescalamento)	Aval controladora TLP + 2% a.a. e recebíveis	Dez/2025	1.111.226	-	-
BB (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	-	28.732	-
BDMG (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	-	17.212	-
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora CDI + 2,5% a.a. + recebíveis	Dez/2019	-	13.338	-
Circulante				100.583	1.011.341
Não circulante				1.010.643	-

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia, reafirmando seu compromisso com o usuário, assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalamento do passivo decorrente do contrato de financiamento nº 14.2.0495.1 de 15/07/2014 (Empréstimo ponte), com interveniência (aval) da TPI – Triunfo Participações e investimentos S.A. O novo formato da negociação prevê a quitação de dívida total (atualizada até a data de seu reescalamento) de R\$1.111.265, sendo que (i) R\$792.348 (parcela denominada Subcrédito A) serão pagos pela Concebra em 72 parcelas, mais uma parcela única com vencimento em 15/12/2025, a ser quitada com aporte da controladora, e (ii) a diferença, de R\$318.917 (denominada Subcrédito B), correspondente aos encargos moratórios do Empréstimo ponte, será perdoada. O novo indexador aplicável será TLP + 2% a.a.

Conforme previsto no contrato de reescalamento, o valor do Subcrédito B terá seu pagamento dispensado anualmente pelo BNDES a partir de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2024, na proporção do saldo efetivamente amortizado do Subcrédito A. O saldo residual do Subcrédito B também será perdoado na quitação do Subcrédito A, na data de vencimento (31 de dezembro de 2025) ou a qualquer momento em uma eventual liquidação antecipada.

Para garantir o pagamento das 72 parcelas do Subcrédito A, a Concebra alienou fiduciariamente ao BNDES direitos creditórios representativos de 27% de seu faturamento bruto mensal, devendo as receitas originadas do contrato de concessão serem depositadas diretamente em conta centralizadora aberta especificamente para esse fim. Na prática, as receitas de pedágio e acessórias auferidas pela Companhia serão diretamente depositadas na conta centralizadora e, ao final de cada mês, 27% do saldo será diretamente transferido para o BNDES para pagamento do Subcrédito A, sendo que apenas o saldo residual poderá ser utilizado pela Concessionária para quitar seus custos, despesas e tributos, correntes e extraordinários. A despeito da confirmação acima a respeito do perdão do Subcrédito B e, ainda, da alteração de indexador, da forma e prazo de pagamento da dívida, da garantia etc., o BNDES fez constar do contrato que essas alterações não representam uma novação da dívida, de modo que não restaram totalmente atendidos os requisitos da liquidação, cancelamento ou expiração do prazo para o desreconhecimento de um passivo financeiro, na forma do item 3.3.1 do Pronunciamento Técnico CPC-48. Houve, como se esclareceu acima, alterações muito significativas, mas que não atendem à literalidade da norma. Da mesma forma, não restou plenamente caracterizada a aplicação da regra do item 3.3.2 do mesmo CPC-48 (substituição dos instrumentos de dívida por outro substancialmente diferente), por conta da natureza (jurídica) condicional do perdão anual do Subcrédito B e das exigências específicas do item B.3.3.6 para sua aplicação, a despeito de, na prática, os benefícios obtidos terem sido substanciais. Não há dúvidas, no entanto, de que a assinatura do contrato de reescalamento gerou uma profunda e considerável alteração nas condições da dívida perante o BNDES, gerando-se ganhos relevantes e observáveis desde logo para a Concebra, embora a aplicação literal do item 3.3. do CPC-48 não possibilite a demonstração apropriada dessa nova posição financeira.

A Companhia entende que a referida norma não reflete a essência da transação com o BNDES, tampouco possibilita a obtenção de resultados similares àqueles que seriam obtidos por terceiros independentes na avaliação do valor desse mesmo passivo em qualquer outra circunstância.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Por conta disso, com o objetivo de divulgar todas as informações disponíveis para qualquer intérprete das presentes demonstrações contábeis, está sendo apresentado abaixo o valor estimado da dívida, que na opinião da Administração da Companhia reflete de maneira mais apropriada os termos do reescalonamento e o montante que de fato espera-se ter desembolso para quitação do saldo devedor.

	31/12/2019
Subcrédito A, líquido do pagamento da 1ª parcela e atualizado pelos juros contratuais	790.498
Subcrédito B, atualizado pelos juros contratuais	320.728
Valor estimado a pagar ao BNDES	1.111.226

O valor estimado de perdão de encargos moratórios do BNDES foi apurado com base nos seguintes critérios: (i) cálculo dos saldos devedores de 2020 a 2024 pelos juros previstos no contrato de reescalonamento; (ii) reconhecimento da amortização que ocorrerá com a retenção de 27% das receitas de pedágio e, por conseguinte, do saldo a ser perdoado do Subcrédito B, o qual, ao final, (iii) foi descontado a valor presente pela taxa de 7,28% a.a., que representa o custo atual do financiamento. A partir de tal fluxo, conclui-se que a Companhia deixará de pagar o equivalente a R\$179.329 na data dessas demonstrações contábeis, sendo o montante de R\$931.897 o valor da dívida que a Companhia entende como mais adequado para avaliação da situação patrimonial.

A estimativa das parcelas a serem perdoadas referentes aos encargos moratórios (Subcrédito B) estão apresentadas abaixo por período de vencimento, sendo que no curto prazo já espera-se realizar o perdão da dívida no montante de R\$46.490.

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Valor futuro (Subcrédito B)	46.490	43.554	43.501	43.500	43.503	216.409	436.957
(-) Ajuste a valor presente	(3.206)	(5.792)	(8.379)	(10.793)	(13.050)	(75.334)	(116.554)
Perdão dos encargos moratórios em 31/12/2019	43.284	37.762	35.122	32.707	30.453	141.075	320.403

Vale ressaltar, ainda, que no caso de quitação antecipada do Subcrédito A, o saldo do Subcrédito B terá o pagamento integralmente dispensado. Assim, o valor da dívida, para fins de análise de valor de liquidação, em 31 de dezembro de 2019 seria equivalente apenas ao saldo de Subcrédito A, que monta R\$790.498.

9. Obrigações fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
ISS à recolher	15.084	22.605
PIS/COFINS - Faturamento	1.132	1.104
PIS/COFINS/CSLL - Terceiros	110	291
IRRF/INSS - Terceiros	182	179
IRPJ	2.528	-
CSLL	914	-
Parcelamentos fiscais	-	905
	19.950	25.084
Circulante	7.683	25.084
Não circulante	12.267	-

10. Provisão para manutenção

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção da ICPAC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao ano de 2021 a 2024, descontado pela taxa WACC de 7,53% a.a. conforme quadro abaixo:

	Constituição a Recomposição		31/12/2019
	31/12/2018	valor presente AVP	
Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	186.314	25.486	13.375
Canteiro central/faixa de domínio	703	91	48
Obras de arte especiais	3.584	490	257
Terraplenagem e estruturas de contenção	475	68	35
Drenagem/obras de arte correntes	11.614	1.588	833
Sinalização	34.756	4.760	2.498
Outros	161	20	12
	237.607	32.503	17.058

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia iniciou o reconhecimento da provisão para manutenção sobre as obras já entregues. No resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido o valor de R\$32.503 no grupo de custos dos serviços prestados e R\$17.058 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos tributários correntes e diferidos do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

i) Ativo

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízos fiscais e base negativa	79.179	80.660
Provisão para manutenção	75.953	58.284
Perdão Encargos Moratórios BNDES	35.584	-
Diferenças temporárias	3.175	972
	193.891	139.916

ii) Passivo

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo		
Imposto de renda e contribuição social		
Custos de empréstimos	36.110	36.973
Margem de construção	12.878	12.329
Amortização Linear x Curva trafégo	34.424	28.767
	83.412	78.069

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e são baixados na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 10 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Segue expectativa de realização, considerando o saldo líquido:

	Compensações (R\$)
2020	28.787
2021	28.582
2022	21.810
Entre 2022 e 2023	-
	79.179

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(133.212)	(100.956)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	45.292	34.325
Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(105)	(1.450)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.443)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	48.630	32.875
Total Imposto de renda e contribuição social	45.187	32.875
Alíquota efetiva	34%	34%

A movimentação dos saldos patrimoniais segue abaixo:

	Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	Constituição	Saldo em 31/12/2019
Movimentação:			
IRPJ/CSLL diferidos – Ativo	139.916	53.975	193.891
IRPJ/CSLL diferidos – Passivo	(78.069)	(5.343)	(83.412)
	61.847	48.632	110.479

12. Provisões para demandas judiciais

	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhista (a)	1.522	1.492
Cível (b)	1.954	527
Tributárias (c)	2.489	1.789
	5.965	3.808

(a) As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas in itinere, adicional de salubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício;

(b) As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos;

(c) Referente a liminar para exclusão dos valores de ISS da receita bruta na base de cálculo do PIS e COFINS.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia não constituiu provisões contábeis para os riscos avaliados por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estes riscos envolvem, substancialmente, questões trabalhistas e cíveis cujos montantes, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$11.739 e R\$15.621 (R\$13.240 e R\$39.772 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, encontram-se em andamento processos administrativos no âmbito regulatório junto ao órgão regulador (ANTT) relativos a ; pedido de ressarcimento da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) no montante de R\$ 5.670 relativo a estudos ambientais realizados e o auto de infração referente à não contratação/renovação do seguro garantia no montante de R\$ 4.500, ambos considerados pelos consultores jurídicos da Companhia com risco de perda possível.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(88.025)	(68.081)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído	380.000.000	380.000.000
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,232)	(0,179)

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2019, a Companhia recebeu recursos no montante de R\$260 da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo") a título de adiantamento para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$49.710 até 31 de dezembro de 2019 (R\$49.450 até 31 de dezembro de 2018), com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

14. Receitas operacionais, líquidas

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas:		
Receita de pedágios	383.335	387.202
Receita de construção	21.198	97.029
Outras receitas	-	20
	404.533	484.251
Impostos sobre faturamento:		
(-) PIS sobre faturamento	(2.492)	(2.517)
(-) COFINS sobre faturamento	(11.500)	(11.616)
(-) ISS sobre serviços prestados	(19.145)	(19.320)
	(33.137)	(33.453)
Receita operacional líquida	371.396	450.798

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas por tipo de receita	
	Pedágio	Demais receitas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

As receitas serão apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O regime especial venceu em 01 de março de 2019 e não foi renovado pela Companhia devido a paralisação temporária das obras.

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$79.853 (R\$97.029 em 2018) dos ativos da concessão medidos e realizados no ano findo em 31 de dezembro de 2019 que contempla aproximadamente 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no ano.

15. Custos dos serviços prestados e de construção

	31/12/2019	31/12/2018
Duplicação de pista e pavimentação	(43.946)	(84.443)
Edificações operacionais	(83.344)	(55.202)
Roadagem e poda vegetal	(1.046)	(3.246)
Elementos de sinalização e proteção	(83)	(828)
Projetos	-	(1.883)
Seguros	(257)	(240)
Sistema de infraestrutura telefônica, radiocomunicação e televisão	(4.327)	(1.531)
Serviços tomados ^(a)	(45.388)	(45.495)
Custos contratuais ^(b)	(17.538)	(16.589)
Amortização ^(c)	(46.814)	(45.951)
Provisão para manutenção	(32.503)	(35.407)
Outros ^(d)	-	(30.204)
	(275.246)	(321.019)
Custo de construção	(20.656)	(94.570)
Custos dos serviços prestados	(254.590)	(226.449)

- (a) Substancialmente composto por serviços de reparo da rodovia, conservação e manutenção e socorro médico.
(b) Substancialmente composto por gastos relativos a seguro relacionado a obra, verbas (ANTT) de fiscalização, aparelhamento e prevenção de acidentes.
(c) Em 2019 a Companhia efetuou a revisão da projeção sua curva de tráfego e o impacto da revisão ocasionou no aumento da amortização mensal do ativo intangível.
(d) Substancialmente composto por serviços e materiais necessários para a prestação do serviço, tais como gastos com a manutenção da frota de veículos e radares, energia elétrica e comunicação de dados.

16. Despesas administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Prestadores de serviços	(9.346)	(2.750)
Materiais, equipamentos e veículos	(825)	(1.239)
Provisões para demandas judiciais	(5.028)	(994)
Despesas gerais (*)	(9.350)	(7.922)
	(24.549)	(12.905)

(*) substancialmente composta por gastos com rateio de despesas compartilhadas da controladora e gastos fixos como água, energia e internet. No ano de 2019, o saldo de Despesas gerais aumentou substancialmente por compreender os valores de ajuste do intangível.

17. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

	31/12/2019	31/12/2018
Diretoria e conselho	947	2.104
Encargos e benefícios	176	733
Participação no resultado-PLR	-	788
	1.123	3.625

18. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está assim composto:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	1	163
Rendimento sobre aplicações financeiras	657	374
	658	537
Despesas financeiras:		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(166.895)	(188.978)
AVP provisão para manutenção	(17.057)	(14.012)
Juros sobre obrigações com fornecedores	(944)	(880)
Juros e multa sobre obrigações fiscais	(428)	(705)
Despesas bancárias	(422)	(493)
Outros	(1.154)	(452)
	(186.900)	(205.520)
	(186.242)	(204.983)

19. Cobertura de seguros

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância Segurada (LMI)-R\$	Prazo de vigência
Risco de responsabilidade operacional	Não renovado	N/A
Risco de responsabilidade civil	10.000.000	Mar/19 a mar/20
Danos materiais	10.000.000	Mar/19 a mar/20
Risco de engenharia – Manutenção e Conservação	10.000.000	Mar/19 a mar/20
Perda de receita por danos materiais	55.000.000	Mar/19 a mar/20
Risco de engenharia – Obras	2.792.398	Abr/14 a abr/20

Em 31 de março de 2018 houve o término da vigência da apólice de seguro para garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, a ANTT poderá aplicar penalidades, conforme regulamentação. No trimestre findo em 30 de junho de 2018 a ANTT notificou a Companhia e abriu processo administrativo para cobrança de multa pela não renovação da apólice de responsabilidade operacional conforme preconiza o contrato.

O risco de perda dessa causa, avaliado pela a Administração da Companhia e assessores jurídicos, foi determinado como expectativa de perda possível, conforme divulgado na nota explicativa nº 12. A Administração entende que esse risco está minimizado com o pleito de revisão quinzenal protocolado junto a ANTT. A solução que trará a revisão quinzenal, com um novo cronograma de obras, será, a medida em que for consenso entre as partes (Concebra e ANTT), subsídio fundamental para a recontração do Seguro Garantia. Além disso a decisão concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF que assegura a suspensão da aplicação de penalidades por parte da ANTT ocasionados pelo desequilíbrio contratual até o pronunciamento do Tribunal Arbitral o que contribuirá para a continuidade operacional em sua normalidade até que ocorra o reequilíbrio contratual.

20. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

continua...

...continuação **Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.**

Compromissos Contratuais:

	2019	2020	2021 a 2044	Total geral
Compromissos futuros:				
Recuperação da rodovia	65.308	-	26.712	92.020
Obras de arte	91.128	91.128	-	182.256
Obras de ampliação e melhorias	765.656	288.513	747.796	1.801.965
Manutenção da rodovia	-	-	2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	1.239.034	1.239.034
Outras obras de aplicação e melhorias	50.000	-	50.000	150.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	-	-	20.000	20.000
Gestão ambiental	23.276	23.276	78.354	124.906
Sistemas e equipamentos	2.229	-	207.061	209.290
Edificações	-	-	114.795	114.765
Veículos	6.953	1.540	49.690	58.183
Projetos/Ensaio/Estudos	1.962	1.964	151.321	155.247
Desapropriações	34	13	6.915	6.962
	1.006.546	406.434	5.416.198	6.879.148

Outros compromissos

Complemento contorno Goiânia	-	-	100.000	100.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	53.091
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	-	-	25.000	25.000
	17.697	17.697	142.697	178.091
	1.024.243	424.131	5.558.895	7.057.239

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- (i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
 - (ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
 - (iii) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de interseções.
- O cumprimento dos compromissos com a concessão, projetados de acordo com o contrato inicial, previstos para o exercício de 2019 foram realizados parcialmente, totalizando aproximadamente R\$71 milhões de reais. Isso ocorreu devido às condicionantes relacionadas à obtenção de recursos financeiros, descritas na nota 01 – Contexto Operacional. A Companhia espera que, com a revisão quinzenal do contrato, os compromissos sejam reequilibrados, conforme tabela abaixo:

Compromissos propostos para revisão quinzenal:

	2019	2020	2021	2022 a 2044	Total geral
Compromissos futuros:					
Recuperação da rodovia	51.243	35.529	55.292	782.183	924.247
Obras de arte	33.678	31.271	24.653	582.234	671.836
Obras de ampliação e melhorias	149.391	150.421	180.347	2.381.465	2.861.624
Manutenção da rodovia	43.056	44.778	46.457	1.630.781	1.765.072
Outras obras de aplicação e melhorias	20.882	21.717	22.531	23.376	88.506
Obras civis lançamento de fibra óptica	6.415	3.503	-	-	9.918
Gestão ambiental	3.603	4.571	2.503	54.661	65.338
Sistemas e equipamentos	2.564	4.593	5.647	42.884	55.688
Edificações	-	1.924	3.973	123.193	129.090
Veículos	1.626	2.616	-	76.799	81.041
Projetos/Ensaio/Estudos	3.337	3.470	3.600	31.402	41.809
Desapropriações	5.382	45	19	9.177	14.623
	321.177	304.438	345.022	5.738.155	6.708.792

Outros compromissos

Complemento contorno Goiânia	-	-	36.284	198.316	234.600
Retorno em nível	8.350	14.695	-	91.842	114.887
	8.350	14.695	36.284	290.158	349.487
	329.527	319.133	381.306	6.028.313	7.058.279

Os valores dos compromissos acima consideram os fluxos futuros previstos baseados nas previsões dos índices de inflação até o fim da concessão.
Os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização
2019	10.404
2020 até 2044	249.696
	260.100

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazemos critérios para a contabilização de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Receíveis

São ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

- O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

- A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descausamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são representados pelos saldos demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

a) Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importante ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada operação financeira realizada pela Companhia. Esse procedimento foi estabelecido a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

f) Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP.

Os CPC's 39, 40 e 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2019, definimos o cenário provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras nos próximos 12 meses, conforme segue:

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações – CDI + 2,5%	22.297	22.297	22.297
Receita financeira projetada	1.982	2.478	2.973
Varição	-	496	991
BNDES - TLP + 2% a.a.	1.111.226	1.111.226	1.111.226
Despesa financeira projetada	111.011	138.764	166.517
Varição	-	27.753	55.506

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 31 de dezembro de 2019, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

19. Eventos Subsequentes**Feito do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras**

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de tráfego, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus.

Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda mensuráveis nos negócios da Companhia e, ainda, para seus usuários e fornecedores. Contudo, a Administração não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Goiânia - GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, após a aplicação das normas contábeis brasileiras e internacionais aplicáveis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de impairment do ativo intangível e impostos diferidos**Resposta de auditoria ao assunto**

Conforme Notas Explicativas nºs 7 e 11 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrado, em 31 de dezembro de 2019:

- ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representa 87% do total de seus ativos;
- imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros possam ser compensados com as bases de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados.

A avaliação do valor recuperável do ativo intangível dos impostos diferidos da Companhia foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação da metodologia de *impairment* utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e impostos diferidos;
- Avaliação das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de fluxo de caixa e lucros futuros;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, concluímos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão de rodovias e de realização dos impostos diferidos atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa nºs 7 e 11 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Reconhecimento e mensuração da receita de arrecadação de pedágio**Resposta da auditoria ao assunto**

A receita proveniente da arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidas no contrato de concessão rodoviária, que determinam que a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (tag) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passageiro).

Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria. Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação;
- envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação;
- recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas;
- avaliação das divulgações nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que o reconhecimento de receitas e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informações suplementares para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes e representação das demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sob a denominação de "reapresentadas", foram originalmente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação de opinião e com parágrafo de incerteza relevante quanto à continuidade operacional da Companhia, datado de 27 de março de 2019.

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.4, as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Revisamos e concordamos com os ajustes apurados e incorporados às demonstrações contábeis ora reapresentadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. O Relatório da Administração pode não estar com informações adequadamente divulgadas em razão dos efeitos não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada acima "Base para opinião".

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que elaboremos ou que sejam necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de umaperspectiva



...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

azoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacional de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

□ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

□ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

□ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

□ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

□ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive a eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 11 de março de 2020



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 GO-001837/F-4

Eduardo A. de Vasconcelos Contador CRC 1 SP 166001/O-3 SGO

Protocolo 172976

TRISOLO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ 37.043.130/0006-26, torna público que recebeu da Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Piracanjuba - SAMARH, Licença de operação nº 019/2020, com validade até 11 de março de 2024, para a atividade “comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo”, localizada na Rod. GO-217, 1700, Galpão 02, Residencial Piracanjuba, CEP 75.640-000, Piracanjuba, Goiás.

Protocolo 172823

MEPAR - Metais Pereira LTDA - EPP, CNPJ sob o nº. 03.996.396/0001-67, estabelecida na Rodovia BR 153 KM 11, Qd. 05 Lts 01 e 02, Jardim Transbrasiliano, Aparecida de Goiânia -GO - CEP: 74919-741, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Aparecida de Goiânia a Renovação da licença Ambiental de Operação do empreendimento para a atividade de Comércio Varejista de Materiais Ferragens e Ferramentas.

Protocolo 172839

UniRV - Universidade de Rio Verde
Extrato de Contrato n. 036/2020

1. Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos, de forma estimada, para reparo e manutenção nas instalações da UniRV - Universidade de Rio Verde. Processo Licitatório n. 019/2019, Pregão Presencial n. 010/2019, Ata de Registro de Preços n. 024/2019. **Contrato n. 036/2020**. Valor: R\$ 62.823,35 (sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos). Contratada: **ELÉTRICA CIDADE EIRELI**; CNPJ n.29.714.907/0001-02; **Vigência: 03/03/2020 a 31/12/2020**. Dotação Orçamentária: 05.0525.12.36 4.6025.2129.339030. Maiores informações: Contrato publicado na íntegra no site da UniRV.

Protocolo 172867

UniRV - Universidade de Rio Verde

EXTRATO DE ADITIVO
Contrato n. 278/2019

Primeiro Termo Aditivo de prorrogação de vigência. Dados do Contrato Primitivo: Processo Licitatório n.129/2019; Pregão Eletrônico n. 009/2019; **Contrato n. 278/2019**, que tem por objeto: Aquisição de peças anatômicos, para o laboratório de Anatomia Humana da Faculdade de Medicina da UniRV - Universidade de Rio Verde, *Campus* Goianésia. Contratada: **N. C. CARVALHO EIRELI**; CNPJ n. 04.745.673/0001-21. Vigência (Aditivo): 03/03/2020 a 31/12/2020. Maiores informações: Aditivo publicado na íntegra no site da UniRV.

Protocolo 172869

UniRV - Universidade de Rio Verde

EXTRATO DE ADITIVO
Contrato n. 276/2019

Primeiro Termo Aditivo de prorrogação de vigência. Dados do Contrato Primitivo: Processo Licitatório n.129/2019; Pregão Eletrônico n. 009/2019; **Contrato n. 276/2019**, que tem por objeto: Aquisição de peças anatômicos, para o laboratório de Anatomia Humana da Faculdade de Medicina da UniRV - Universidade de Rio Verde, *Campus* Goianésia. Contratada: **CONSULAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LABORATORIAIS, HOSPITALARES E EDUCACIONAIS - EIRELI**; CNPJ n. 24.997.187/0001-08. Vigência (Aditivo): 03/03/2020 a 31/05/2020. Maiores informações: Aditivo publicado na íntegra no site da UniRV.

Protocolo 172870

Nilton Savio Moreira, inscrito no CPF sob nº 185.434.801-91, torna público que REQUEREU à Secretaria do Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável - SEMAD, a Licença de Instalação (LI) e Licença de Funcionamento (LF) para atividade de Extração de Areia e Cascalho no leito do Rio dos Bois, com área requerida de 2,0 hectares, na Fazenda Santa Fé, Zona Rural de Teresina de Goiás.

Protocolo 172894